

Jornalismo e debate público: Como os portais G1 Paraná e Folha de S. Paulo cobriram o caso da médica Virgínia Soares de Souza

Manoel Moabis Pereira dos Anjos¹

Resumo

A partir da cobertura sobre o caso da médica Virgínia Soares de Souza em dois portais noticiosos, este texto busca refletir sobre a prática jornalística e as ofertas informativas aliadas à circulação dessas notícias. Considera as publicações sobre o caso em dois momentos: a revelação da denúncia (prisão da médica) e a absolvição da suspeita (decisão judicial em primeira instância). Entre as questões debatidas, está a pluralidade jornalística apresentada nas publicações, capacidade do jornalismo em explicar a complexidade do caso e as reações/interações dos internautas com o conteúdo publicado pelos portais G1 Paraná e Folha de S. Paulo.

Palavras-chave: Jornalismo; cobertura noticiosa; estudo de caso; interação com conteúdos informativos.

Abstract

From the coverage on the case of the physician Virgínia Soares de Souza in two news portals, this text seeks to reflect on the journalistic practice and the informative offers to watch the circulation of these news. It considers the publications on the case in two moments: the disclosure of the complaint (imprisonment of the doctor) and acquittal of the suspicion (judicial decision in the first instance). Among the issues discussed are the journalistic plurality presented in the publications, the capacity of journalism to explain the complexity of the case and the reactions / interactions of Internet users with the content published by the G1 Paraná and Folha de S. Paulo portals.

¹ Doutorando em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio do Sinos (Bolsista Capes-PROEX), possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2008) e Mestrado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2015). Email: manoelmoabis@hotmail.com

Key words: Journalism; news coverage; case study; interaction with informative contents

Introdução

Este texto parte da cobertura noticiosa gerada por duas organizações jornalísticas: Portal **G1 Paraná** (<http://g1.globo.com/pr/parana/>) e portal do **Jornal Folha de S. Paulo** (<http://www.folha.uol.com.br>) sobre o caso da médica Virgínia Helena Soares de Souza, que no mês de abril de 2017 foi inocentada das acusações de provocar a morte de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico de Curitiba/PR.

Além da cobertura jornalística sobre o caso, este texto também considera as manifestações de internautas nos espaços de comentários oferecidos pelos dois portais analisados. Como recorte temporal, as considerações aqui apresentadas estão focadas nos primeiros dias em que as denúncias contra a médica foram publicadas, em fevereiro de 2013, e as publicações do momento da absolvição, em abril de 2017.

Buscou-se contemplar neste recorte a cobertura local (**Portal G1 Paraná**) e nacional (**portal do Jornal Folha de S.Paulo**) sobre o caso. O texto busca entender as manifestações geradas pelos internautas a partir do conteúdo oferecido pelas organizações noticiosas em dois momentos do caso. No primeiro deles, quando as denúncias são divulgadas, há um grande espaço para a acusação que recai sobre a médica, e em um segundo momento, quando ela é absolvida pela justiça e, portanto, a construção da acusação não é confirmada.

A construção da suspeita sobre a médica

Não é surpreendente que as acusações sobre médica Virginia de Souza tenham ganhado a atenção jornalística. Suspeitas de mortes que estariam sendo provocadas nas UTI's de um dos principais Hospitais do Paraná mantém características que justificariam a cobertura jornalística do caso, seja a partir das reflexões sobre acontecimento (RODRIGUES,1993); (QUERÉ, 2005), (MOLOTCH E LESTER,1993), (MOUILLAUD, 1997), (KARTZ, 1993) ou de seus atributos: valores notícia/ critérios de noticiabilidade (SILVA, 2005) (WOLF, 2003).

Diante do interesse jornalístico em cobrir este acontecimento, as perguntas que se colocam são: como o jornalismo enquadrou a situação de uma investigação em curso

sobre um caso que tem grande apelo social e que pode(ria) gerar repercussão na vida da investigada?. Que tipo de manifestações, os internautas produziram a partir dos conteúdos publicados? .

A partir destas duas questões, a seguir, se apresentam algumas considerações do primeiro momento do recorte de análise, ou seja, quando as denúncias sobre a médica Virgínia de Souza foram publicadas pelo portal G1 Paraná e pelo portal do Jornal Folha de S.Paulo.

Cobertura da denúncia pelo Portal G1 Paraná

O portal G1 Paraná publicou, neste primeiro momento de análise, seis matérias sobre o caso da médica Virgínia de Souza, entre os dias 19 e 20 de fevereiro. A primeira delas tem como título “Médica é detida após mortes em UTI de Hospital de Curitiba” (<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/02/policia-prende-medica-suspeita-de-matar-pacientes-em-uti.html>) foi publicada às 12h41 do dia 19/02/2013 e dá destaque ao cumprimento do mandado de prisão e da apreensão de documentos realizado pela polícia civil durante o período da manhã. Além do texto, a matéria conta com um vídeo- trecho do telejornal Paraná TV (que pertence ao mesmo grupo de comunicação do Portal G1 Paraná). Sem mencionar o nome da suspeita, a matéria revela que uma médica da UTI do Hospital Evangélico havia sido detida sob a suspeita de praticar eutanásia em pacientes do Hospital. Nesta primeira matéria não há qualquer comentário de internauta.

A segunda publicação sobre o caso também aconteceu no dia 19/02/2013. Com o título “Sindicância médica deve investigar mortes em UTI de Hospital em Curitiba” (<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/02/sindicancia-medica-deve-investigar-mortes-em-uti-de-hospital-em-curitiba.html>) a matéria traz como atualização em relação à primeira publicação uma nota publicada pelo Hospital Evangélico informando que vai realizar uma investigação interna (Sindicância) para averiguar os fatos em paralelo com a investigação criminal conduzida pelo Ministério Público do Paraná. A segunda publicação também não possui comentários de internautas e está acompanhada de um “vídeo-trecho” do telejornal “Jornal Hoje” que pela primeira vez informa o nome a função da suspeita presa durante a manhã.

Às 18h24, o Portal G1 Paraná publica mais um texto (<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/02/delegada-que-investiga-mortes-em-uti-diz-que-sigilo-garante-ordem.html>), desta vez acompanhado da imagem da médica (uma reprodução do vídeo feito no momento em que Virgínia é detida) e tem como atualização **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.152-162. Jan/Jul 2018.

uma entrevista com a delegada do Núcleo de Repressão aos crimes contra saúde. O texto informa que o caso está sendo investigado em segredo de justiça, para “resguardar a intimidade das pessoas envolvidas” e “garantir a ordem pública”. A delegada ainda convoca ex-funcionários e familiares a procurarem a polícia, caso tenham alguma informação para prestar sobre os procedimentos da médica presa naquele dia: “As famílias podem procurar a delegacia para fazer denúncia por telefone, pessoalmente (sic). Nós estamos recebendo denúncias de situações, e inclusive ex-profissionais que atuaram no hospital” informa no texto. Além da delegada, o advogado de defesa também comenta o caso neste momento.

No dia seguinte, 20/02/2013, O G1Paraná publicou às 14h12 a quarta matéria sobre o caso. Com o título “Ex-funcionários relatam maus tratos da médica suspeita de matar em UTI”(<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/02/ex-funcionarios-relatam-maus-tratos-da-medica-suspeita-de-matar-em-uti.html>), a notícia considera os relatos de um enfermeiro que trabalhou no hospital entre 2004 e 2006. Mantendo sua identificação em sigilo, o enfermeiro afirma "O paciente da UTI tem dois pontos críticos, que são a ventilação mecânica e as medicações que servem para manter a pessoa viva. Ela interrompia um dos dois ou os dois". Apesar de ter aceitado dar entrevista ao G1 Paraná, a fonte da matéria informa que não havia decidido se procuraria a polícia para dizer o que sabe.

Mais uma vez, a publicação vem acompanhada de vários vídeos-trecho do telejornal Paraná TV sobre o caso. Depois de uma introdução que informava a transferência da médica de um Centro de triagem para um Complexo médico penal, o vídeo exibe a entrevista com o ex-enfermeiro ainda mantendo sua identidade em sigilo.

Outro trecho do telejornal que também está no vídeo publicado pelo G1 Paraná traz uma entrevista com uma médica intensivista sobre eutanásia e em seguida, novamente, o vídeo exibe o relato do ex-enfermeiro, ele acrescenta em seu relato que a médica atuava de forma ilícita de forma preferencial em pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Por fim, o vídeo traz entrevistas com familiares de pacientes da UTI. do Hospital evangélico. Os relatos constroem um cenário de suspeita sobre a médica presa. Em seguida, o advogado de defesa comenta as denúncias, negando que sua cliente tenha cometido os crimes. Por fim, o vídeo mais uma vez consulta a medica intensivista que informa as diferenças de valores que o hospital recebe ao atender os pacientes internados pelo SUS e os pacientes internados via convênio. De acordo com a médica **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.152-162. Jan/Jul 2018.

consultada, há uma diferença de quase metade do valor repassado pelo SUS em relação ao valor pago pelos planos de saúde. Ao todo, o vídeo tem cerca de 20 minutos.

Às 16h54, o portal G1 Paraná volta ao caso, dando destaque a uma coletiva da delegada que coordena as investigações e do delegado-chefe da polícia civil do Paraná (<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/02/mortes-na-uti-do-evangelico-podem-ser-homicidio-qualificado-diz-delgada.html>). As autoridades reforçam que o caso está em processo de investigação e que os detalhes do caso estão sob sigilo de justiça.

Ao final da matéria, mais uma vez há um pedido para que a população informe à polícia sobre qualquer informação dos procedimentos da médica na UTI do Hospital Evangélico. A matéria é acompanhada de duas imagens, uma da coletiva de imprensa organizada pela polícia civil e outra reprodução do momento em que a médica é detida.

Por fim, a última matéria analisada deste primeiro momento no Portal G1 Paraná (<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/02/quero-desentulhar-uti-diz-trecho-de-gravacao-de-medica-presa-no-pr.html>) traz informações sobre uma gravação que está anexada às investigações da polícia civil. Com o título “Quero desentulhar a UTI”, diz trecho da gravação de médica presa no PR” a publicação traz informações do depoimento da médica à polícia onde é questionada pelo uso do termo desentulhar a UTI em uma gravação obtida pela Polícia. A suspeita diz à polícia que foi mal interpretada e que isso não significa a prática de qualquer ato ilícito na UTI do Hospital.

Na matéria, há também o relato de um enfermeiro identificado como Sílvio Almeida que afirma ter visto a médica desligar aparelhos de respiração de alguns pacientes. A publicação do G1 também está acompanhada de um trecho do telejornal Paraná TV que contém o relato de três enfermeiros, apenas um identificado, que confirmam as suspeitas sobre a médica.

A cobertura da denúncia pelo Portal Folha de S. Paulo

O portal do Jornal Folha de S. Paulo publicou sua primeira matéria sobre o caso no dia 19/02/2013 (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/02/1233339-medica-e-presa-sob-suspeita-de-provocar-mortes-de-pacientes-no-pr.shtml>). Mantendo uma cobertura factual para o momento, explica a acusação e a prisão da médica suspeita e dá espaço ao advogado de defesa. Pela primeira vez são registrados comentários de internautas no site. Duas manifestações são registradas, ambas ponderando sobre a eutanásia e como esse recurso diminuiria o sofrimento das pessoas em estado terminal.

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.152-162. Jan/Jul 2018.

No dia 21/02/013 a folha também destaca a frase “quero desentulhar a UTI”, que consta em um áudio utilizado no processo e envolve uma conversa entre a médica e alguém da UTI pelo telefone. A matéria (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/02/1234218-quero-desentulhar-a-uti-diz-medica-suspeita-de-matar-paciente.shtml>), através de entrevista com o delegado chefe da polícia civil, também descarta a possibilidade de eutanásia, uma vez que os familiares das vítimas não consentiram que a médica abreviasse a vida dos pacientes.

O caso, de acordo com o delegado estaria sendo tratado como homicídio qualificado. Três comentários de internautas compõem essa matéria. O primeiro deles registra: “Mandem ela para Venezuela para cuidar do Hugo Chavez” enquanto outro lamenta que a denúncia não foi feita anteriormente pelas pessoas que trabalhavam com a médica, por fim, o último comentário diz que o caso se arrastará por anos na justiça e ao final ninguém será preso.

No dia 22/02/2013 o Portal da Folha de S. Paulo publica ainda outras duas matérias sobre o caso, em uma delas (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/02/1234924-medica-presa-mandava-e-desmandava-na-uti-diz-colega.shtml>) dá voz a ex colegas de trabalho da médica suspeita de cometer os crimes e esses relatos apontam para figura de alguém autoritária, que agredia os subordinados e que fumava nos leitos do hospital. A segunda matéria daquele dia (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/02/1234884-morte-de-pacientes-de-uti-nao-tem-razao-financeira-diz-apuracao.shtml>) informa que a investigação sobre o caso, que estava sendo feito pela prefeitura da cidade em paralelo com a investigação policial, não confirmou vantagens financeiras nas mortes da UTI do Hospital Evangélico. A investigação descarta a possibilidade de favorecimento a pacientes internados via planos de saúde em detrimento a pacientes internados pelo SUS.

Nos dois casos há comentários de internautas. Sobre a primeira matéria do dia: “Médica presa ‘mandava e desmandava na UTI’ diz colega” um comentário questiona a demora desses relatos dos colegas terem surgido apenas neste momento em que a denúncia veio à público Em outro, há a desconfiança sobre a participação da direção do hospital no acobertamento do caso. Quanto à segunda matéria, dois relatos de internautas foram registrados, Em um deles há uma desconfiança quanto à punição da suspeita e a posição sobre a dificuldade que a médica terá para conseguir outro emprego

na função de supervisão de UTI's. O segundo comentário, diz "AFASTAR, INVESTIGAR E PUNIR, SE FOR NECESSÁRIO"(sic).

Quatro anos depois, médica absolvida

Depois de concluída a investigação sobre o caso, a médica foi a julgamento e absolvida das acusações em primeira instância. A informação de sua absolvição foi anunciada pelo advogado de defesa em uma coletiva de imprensa realizada em seu escritório na capital do Estado.

Neste segundo momento, buscou-se observar nas publicações das duas organizações selecionadas que tipo de abordagem foi dada a esta decisão da justiça e quais as manifestações dos internautas neste momento.

A absolvição divulgada pelo G1 Paraná

A informação de que a médica Virgínia de Souza foi absolvida pela justiça ocupou por duas vezes o noticiário do G1 Paraná. Na primeira publicação (<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/juiz-inocenta-medica-acusada-de-matar-pacientes-em-uti-de-hospital-em-curitiba.ghtml>), em 20/04/2017, a matéria explica a decisão da justiça e abre espaço para defesa da médica. O advogado fala que sua cliente foi injustamente presa e vítima de um linchamento moral. Fala ainda que Virgínia foi "demonizada nos meios de comunicação" e que agora ficou provada sua conduta dentro de parâmetros legais.

O que chama a atenção é a quantidade de comentários sobre a absolvição da médica. Ao todo são 276, em sua maioria questionando a decisão do Juiz. Impunidade, favorecimento devido a poder econômico e até argumentos que imputam crime à médica por conta da sua aparência são as justificativas mais presentes por aqueles que discordaram da decisão do juiz. Alguns voltam a debater a eutanásia enquanto outros, uma pequena parte, tenta defender a médica.

A segunda matéria sobre o caso, publicada em 21/04/2017, (<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/medica-inocentada-por-mortes-em-uti-ganha-direito-a-indenizacao-milionaria-de-hospital.ghtml>) trata de uma indenização que a justiça determinou ser paga para a médica mediante uma ação trabalhista que ela moveu contra o Hospital Evangélico. A matéria informa que o valor da indenização é de 4 milhões de

reais. Ao final do texto, há a informação que o Ministério Público deve recorrer da decisão do juiz.

Esta segunda matéria vem acompanhada de um vídeo-trecho do Paraná TV que informa a decisão do juiz e da indenização que o Hospital terá que pagar à médica. 308 comentários foram registrados nesta publicação. Mais uma vez os questionamentos à decisão da justiça prevalecem.

A absolvição da médica na Folha de S. Paulo

Duas matérias retratam a cobertura da Folha de S.Paulo sobre a absolvição da médica Virgínia de Souza. Na primeira delas, publicada em 21/04/2017 (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1877485-justica-inocenta-medica-acusada-de-matar-sete-pacientes-em-curitiba.shtml>) trata da decisão do juiz e também informa que o Ministério Público pretende recorrer da decisão. Nesta primeira matéria do segundo momento há três comentários de internautas. Dois deles ponderam sobre o “condenamento midiático” feito pelas notícias do caso e um terceiro comentário que não se consegue compreender o posicionamento do internauta: “Já li notícias de enfermeiros matando dezenas de doentes. Foi na Curitiba? E se o Moro tivesse feito o negócio lá? Escobar...” diz o comentário.

A segunda publicação é de 26/04/2017 (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1878608-inocentada-ex-chefe-de-uti-no-pr-vive-reclusa-e-trabalha-como-telemarketing.shtml>) trata de uma entrevista com a médica Virginia de Souza, que relata estar trabalhando em um telemerketing e conta o quanto sofreu ao longo do processo movido contra ela. Três internautas se manifestam nos comentários criticando a condenação, prévia, feita sobre o caso e defendendo a médica agora absolvida.

Considerações sobre a cobertura

Depois da descrição sobre como o jornalismo participou destes dois momentos do caso da médica Virgínia de Souza, chega a hora de tecer algumas considerações sobre o tema. Longe de oferecer reflexões conclusivas, os apontamentos que seguem buscam apresentar algumas questões que relacionam o caso proposto com algumas das preocupações que se colocam à frente do jornalismo diante da chamada era digital.

Em primeiro lugar é preciso reconhecer que em um cenário onde a quantidade de produtores de conteúdo é ampla e variada, não se pode dizer que a construção da imagem de alguém como culpado por um crime seja feita exclusivamente pelos espaços noticiosos. Embora não seja o foco deste texto, foi possível perceber a oferta de diversos “memes” e comentários em redes sociais que ligavam a figura da médica investigada a de uma figura já condenada.

Porém, e aí sim é interesse deste texto, o jornalismo não contribuiu para oferecer um debate diferente do senso comum sobre o caso. Em nenhuma das matérias que tratavam das denúncias contra a médica havia um tensionamento das evidências apresentadas pela polícia. Ao contrário, situações como o áudio da médica dizendo que precisava “desentulhar a UTI” foi usado como parte de título das matérias, como um dado de realidade neste cenário e nunca contestado pelos jornalistas sobre o significado da frase.

Diante dessa falta de escrutinação dos argumentos, o jornalismo participou na criação de um cenário extremamente desfavorável para a defesa da médica. O advogado que representava a médica, sempre que ouvido, fazia questão de destacar a inocência da acusada, mas nunca foi provocado a responder as evidências que incriminavam sua cliente. A falta de uma produção jornalística que tratasse com mais desconfiança das questões colocadas sobre o caso contribuiu para a construção de um cenário de condenação prévia, a ponto da informação sobre a absolvição da médica ter sido entendida como “reviravolta” no caso.

Outro destaque importante diz respeito a participação dos internautas nos comentários da matéria. No caso do portal G1 Paraná, eles surgem em massa somente no momento da absolvição da médica, em sua maioria como uma indignação em relação a decisão de justiça. Em alguma medida, isso indica que tipo de interação como os dispositivos midiáticos estes internautas mantêm.

Já no caso do portal Folha de S. Paulo, vale destacar que não há uma quantidade significativa de participação de internautas, porém as posições sobre o caso são mais equilibradas em relação ao Portal G1 Paraná. Talvez, a abrangência nacional do portal tenha colaborado para evitar um apelo emocional sobre o caso, que poderia estar relacionado a proximidade dos internautas do G1 Paraná.

Quando se pensa em crise do jornalismo, ou crise sistêmica do jornalismo, é preciso reconhecer que esta crise não se deve exclusivamente a quantidade de **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.152-162. Jan/Jul 2018.

produtores de informação não jornalísticos, mas sim a incapacidade do jornalismo em ofertar um conteúdo informativo que se diferencie desses outros produtores de informação.

Por certo, esta crise de narrativa está atravessada por questões de ordem econômica, já que há um forte processo de enxugamento das redações. É também uma crise de identidade profissional, uma vez que o trabalho do jornalista tem se modificado significativamente no tange seus processos de seleção, apuração e distribuição de informação.

Referências

CHRISTOFOLETTI, Rogério. (ORG.) **Questões para um jornalismo em crise**. Editora Insular: Florianópolis, 2015.

KATZ, Elihu. O acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

MOLOTCH, Harvey e LESTER Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. *In*:

TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. *In*:

MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

QUÉRÉ, Louis. *Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento*. *In*: **Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. *In*: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

Enviado em: 06/06/2018

Publicado em: 13/06/2018